

Antropologia em Primeira Mão



31

**Os Indígenas da Bacia do Rio Tibagi
e os Projetos Hidrelétricos.**

Cecília Maria Vieira Helm

A ISA alguns Comissários
minha sobre o Projeto de Usina
hidrelétrica na Bacia do Rio Tibagi e
os Povos Indígenas. Cecília M. V. Helm
13.12.93.

31

**Os Indígenas da Bacia do Rio Tibagi
e os Projetos Hidrelétricos.**

Cecília Maria Vieira Helm

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	
data	____/____/____
cod	DVD 00063

Introdução

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assegurou aos indígenas os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Essas terras *"destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes"* (CF,88 cap.VIII,Dos Índios,art.231,#2).

Os povos indígenas que vivem, desde tempos imemoriais, na Bacia do Rio Tibagi, no Estado do Paraná, são os Kaingang (Jê) e os Guarani (Tupi-Guarani).

Os documentos produzidos, nos últimos anos, pela Companhia Paranaense de Energia - COPEL, indicam que as populações indígenas e não indígenas, que ocupam áreas de terras localizadas na Bacia do Rio Tibagi, irão ser afetadas por Usinas Hidrelétricas projetadas pelo setor elétrico para o aproveitamento do potencial energético do Rio Tibagi.

Recentemente, a COPEL (1994) fez a Reavaliação do Inventário da Bacia do Rio Tibagi, levando em conta o meio ambiente. No seu entender, *"um fator que não pode ser desprezado quando se trata do meio ambiente é a questão indígena"*. Para essa Empresa *"a alternativa de redução do nível dos reservatórios nas áreas indígenas e, a conseqüente diminuição da área inundada, é outro aspecto que irá considerar"* (COPEL, 1994:15). Argumenta que *"sob o ponto de vista ambiental, a alternativa sem superposição apresenta uma área inundada 36,5 Km² menor, que a com superposição"*. E acrescenta *"a área a ser inundada do Posto Indígena Apucarana é 29% menor, em relação à alternativa anterior (e) não deverá haver relocação da população indígena"* que habita uma área de terras mais afastada, em relação às margens dos rios. (COPEL, 94:4). O documento não aborda a importância das matas ciliares, para os indígenas da Bacia do rio Tibagi.

Utiliza os estudos antropológicos de Cecília Helm e Kimiye Tommasino para analisar *"as relações de trabalho e a economia nos Postos Indígenas"*, localizados no Tibagi.

O documento tem o mérito de reconhecer que *"a interferência direta causada pelos reservatórios nas reservas indígenas, apesar de afetar áreas*

* Trabalho apresentado no V Congresso Argentino de Antropologia Social no GT: "Problemas socioambientales, movimientos poblacionales y relocalizaciones". La Plata, Argentina, 29.07 a 01.08.97.

mais íngremes, de pouco cultivo e de difícil acesso, essas terras têm um valor simbólico muito significativo para os índios". Faz referência "a prática da pesca artesanal, denominada *pari*, feita nas corredeiras do rio Tibagi" (COPEL, 94:23).

A partir de 1995, foram realizados estudos de viabilidade das duas primeiras usinas, Jatazinho e Cebolão, previstas para serem construídas em 1999 e, colocadas em operação, no ano 2003.

A COPEL informa que optou por 7 possibilidades de aproveitamento do potencial energético da Bacia do Rio Tibagi, sendo que as UHs Cebolão e São Jerônimo, se forem implantadas, irão atingir as Áreas Indígenas Barão de Antonina, São Jerônimo, Apucarana, Mocóca e Queimadas.

A justificativa da Companhia Paranaense de Energia, para a implantação de UHs na Bacia do Rio Tibagi se fundamenta na necessidade de "atender ao consumo de energia no Paraná, em especial na região de Londrina". (COPEL, 1995).

Em um documento difundido pela COPEL (1995) está escrito que "*uma pequena parte das terras do Posto Indígena Barão de Antonina será inundada devido ao enchimento do reservatório da Usina Cebolão*". E complementa: "*Esta questão será analisada no estudo de viabilidade*".

O que a Empresa entende por "*pequena parte das terras indígenas*" não é explicitado. Também deixa de especificar se são terras agricultáveis, os locais onde os indígenas armam os seus *paris* ou os lugares, onde enterram os seus mortos. Como sabemos, a terra representa para as sociedades indígenas o suporte da vida social e está ligada ao sistema de crenças e de valores.

História recente da ocupação da Bacia do rio Tibagi ¹

Os territórios indígenas da Bacia do Rio Tibagi foram invadidos pelos fazendeiros dos Campos Gerais do Paraná que estabeleceram pequenos núcleos de povoamento e passaram a ocupar as terras indígenas, em 1840. O mais notável foi o Barão de Antonina que se apossou de grande extensão de terras e, mais tarde, "doou" aos índios estas mesmas terras. Também cedeu as terras de sua fazenda, que antes eram ocupadas pelos Kaingang chefiados pelo cacique Inhoó, para que o Governo do Império criasse o Aldeamento Indígena de São Jerônimo.

Os Kaingang deslocados para esse aldeamento eram do grupo do cacique Manoel Aropquimbé e somavam 78 índios. De acordo com Wachowicz (1987:56), "*os Kaingang decidiram levar para São Jerônimo um grande número de membros de sua parentela que viviam nos campos e matas da*

¹ A pesquisa de caráter histórico sobre a ocupação da Bacia do rio Tibagi por Índios e não Índios foi realizada por Lúcio Tadeu Mota (UEM, Pr), que colaborou na redação do cap.9 do estudo que coordenamos, cf. Helm, 1996a.

região". Também foram aldeados 112 Kaingang do grupo do cacique Caurú e 95 do cacique Gregório. Em 1875, ocorreu a ocupação das terras do Aldeamento Indígena de São Jerônimo por não indígenas.

As tentativas de ocupação das terras indígenas dos campos de Inhoó, pelos brancos continuaram nas terras "doadas" aos Kaingang pelo Barão de Antonina.

Os atritos entre os Kaingang e os brancos eram constantes na região desde o início do contato interétnico.

Nos primeiros anos da República as terras indígenas de São Jerônimo foram invadidas por grande número de famílias de intrusos. Para Wachowicz, "*os posseiros do tempo da província transformaram-se em grileiros*", os quais com base na lei provincial no 1114 de 1860 - que autorizava a venda de terrenos abandonados e que haviam pertencido às missões ou aldeamentos indígenas - começaram a negociar as terras dos índios.

Em 1920, o número de intrusos em terras indígenas na Área de São Jerônimo era de 400 famílias. Além desses, haviam os colonos instalados desde o século XIX com a autorização de Frei Cimitile, que foi diretor do aldeamento.

Lévi-Strauss, em *Tristes Trópicos*, em suas descrições de viagem pelo interior do Paraná, no Tibagi, registra que "*a reserva de São Jerônimo estendia-se por cerca de 100 mil hectares, povoados por 450 índios reunidos em cinco ou seis povoados...*". Relatou que "*os Caingangue cultivam um pouco a terra, mas a pesca, a caça e a coleta constituem suas ocupações essenciais*" (Lévi-Strauss, 1996:146-148).

Na década de 40, o governo do Paraná e o Ministério da Agricultura resolveram fazer um Acordo, para reduzir as áreas dos territórios indígenas.

Em 1949, o Tribunal de Contas da União aprovou o Acordo inconstitucional entre a União e o Estado do Paraná, que reduziu as Áreas de terras dos índios Guarani e Kaingang, localizadas no sul do Brasil.

Os povos indígenas que ocupavam terras na Bacia do Rio Tibagi, desde tempos imemoriais, foram expulsos de uma parte dessas áreas e deslocados para espaços usufruídos por outros grupos Kaingang e Guarani. Suas áreas sofreram retaliações, devido as ações do Governo.

O Governo transformou as Áreas Indígenas em glebas, como ocorreu no sudoeste do Estado do Paraná, com a Área de Mangueirinha (Posto Indígena Cacique Capanema) que foi dividida em 3 glebas, A, B e C, sendo que as duas extremidades do território original permaneceram com os índios Guarani e Kaingang e, a parte central, foi negociada e transferida para grupos de empresários madeireiros ².

² Consultar Laudo antropológico sobre a Área Indígena Mangueirinha, PR, elaborado por Cecília Maria Vieira Helm, por nomeação do MM. Juiz da 2ª Vara da Justiça Federal, Autos de Artigos de Oposição nº. 00.0033390-5, Curitiba, 2 vls. 1996.

Os grupos indígenas localizados em São Jerônimo, no Tibagi, ao norte do estado do Paraná, ficaram com apenas 14% da área original da Fazenda São Jerônimo, de todo o território que ocupavam desde tempos imemoriais. Seu antigo território foi drasticamente reduzido a duas glebas de terras, não contínuas, no município de São Jerônimo: a de São Jerônimo e a Barão de Antonina que formavam o Posto Indígena Barão de Antonina.

Em 1953, o Governo do Paraná mandou que fossem medidas as terras dos índios de São Jerônimo. Para os Kaingang e os Guarani e, para o SPI-FUNAI começava nova luta política: a de expulsar os invasores que estavam instalados em suas terras.

Nos anos 70 e, em 1985, houve significativa mobilização indígena nas Áreas São Jerônimo e Barão de Antonina. O objetivo era expulsar os “posseiros” de suas terras.

O movimento indígena que eclodiu na América Latina e no México, na década de 1970, ocorreu no Brasil e se estendeu também para os estados do sul. As organizações políticas indígenas se constituem em estratégias que os indígenas encontraram para defender seus direitos e garantir a posse de seus territórios e o respeito aos seus bens culturais e patrimônio ambiental (Helm, 1996).

As Áreas Indígenas Barão de Antonina e São Jerônimo/PR

Na Bacia do rio Tibagi estão localizadas as Áreas Indígenas Barão de Antonina, São Jerônimo, Apucarana, Mocóca e Queimadas.

A AI Barão de Antonina está situada no município de São Jerônimo da Serra, no Estado do Paraná, junto do Rio Tibagi.

AI Barrão de Antonina tem 3.759,7220 ha. Estão aldeados nessa área 375 índios Kaingang e 5 Guarani. São 76 famílias indígenas ³.

A chefia do Posto está sendo exercida por um Kaingang, de nome Luiz Alan Juvêncio ⁴. O Posto possui sete funcionários, duas escolas, duas enfermarias e veículos. Há também duas professoras mantidas pela FUNAI e um auxiliar de enfermagem. O cacique da Área é o índio Kaingang Lasmo Rael.

A Área é constituída por duas aldeias: Pedrinhas e Cedro. A sede do Posto está localizada na aldeia Pedrinhas. Há energia elétrica instalada nesta aldeia. Na aldeia Cedro está edificada a Igreja da comunidade que é da religião católica. Há o salão de festas, a escola e a cadeia.

³ Sobre os parais consultar trabalhos recentes de Mota (1994) e Tommasino (1995).

⁴ No final do mês de dezembro de 1995, foi organizada uma reunião informal, para obter os depoimentos dos índios Kaingang e Guarani sobre a Usina Hidrelétrica Cebolão. Participaram lideranças, o então Presidente do Conselho Indígena Regional do Norte do Paraná, o índio Tapexi, professores da Área, membros da comunidade, os antropólogos Kimiye Tommasino, Cecília Helm e Lúcio Tadeu Mota. Em novembro de 1996, Cecília Helm retornou à Área e realizou novas entrevistas com lideranças indígenas e professores bilingues.

Na aldeia Pedrinhas está edificada a escola Cacique Onofre Kanhgrem e, no Cedro, a escola Raul Vynhkag. Nas escolas, o ensino de primeiro grau é ministrado da primeira até a quarta série. Há um professor bilíngüe que alfabetiza os alunos na língua Kaingang.

A Área Barão de Antonina tem as suas divisas delimitadas por rios. A oeste o Tibagi, ao sul o rio do Tigre, a sudeste o córrego do Bêbado, ao norte pelo ribeirão do Pinhal. No interior dessa Área passa o ribeirão Água Branca. Há outros córregos menores que vão desaguar nos rios Tibagi e Tigre.

Esses recursos hídricos são utilizados pela população indígena de várias formas. Costumam pescar e caçar pequenos animais. A pesca é praticada com pari,⁵ armadilha tradicional usada pelos indígenas até os dias de hoje, na Bacia do Tibagi. Também pescam utilizando anzóis, tarrafas e redes.

Junto com os rios e os pequenos cursos de água, as matas ciliares e das encostas dos rios Tibagi e Tigre abrigam animais e aves. A fauna e a flora também fazem parte do universo mítico dos indígenas. Por toda a extensão das matas há trilhas, nas quais circulam os índios, desde a sede do Posto, na parte alta, até as barrancas dos rios.

Os campos estão localizados nas partes altas e foram transformados em áreas de plantio e de pastagens para o gado. Cultivam mandioca, feijão, milho, arroz, abóbora e soja. No entremeio das pastagens há uma grande variedade de frutas silvestres muito apreciadas pelos indígenas (Helm & Mota, 1996).

Os índios praticam a agricultura, confeccionam artesanatos, que vendem nas localidades situadas próximas à Área Indígena e, também, em cidades, como Londrina, Cornélio Procópio e Assaí. Criam animais e complementam a renda familiar, trabalhando como diaristas em fazendas da região (Helm, 1974; 1977).

Ainda saem para trabalhar em usinas de cana-de-açúcar localizadas no Estado do Mato Grosso. São levados pelos empreiteiros que tratam os serviços com o cacique e o chefe do posto, contratando os índios para o trabalho temporário (Helm, 1996).

Em nossas pesquisas entre os índios do Paraná, na década de 70, (Helm, 1974:122) constatamos uma situação de conflito intenso, no Cedro e nas Pedrinhas, na AI Barão de Antonina. A Área estava ocupada por intrusos que se autodenominavam “posseiros” e usufruíam as melhores terras no Cedro. Os Kaingang faziam suas roças em uma pequena e acidentada parte do seu território.

Também foi registrado que os índios iniciaram um movimento para a expulsão dos intrusos de suas terras, no final de 1970. Nesse período utilizavam 30% da área, o restante estava ocupado por “brancos”. Diante de um conflito armado entre índios e “posseiros” a FUNAI com o auxílio da Polícia Militar

⁵ Sobre “Crença, descrença e interesses das populações atingidas e a análise das condutas de camponeses forçados a se deslocar”, devido a construção de barragem ver a importante contribuição de Sigaud, 1995.

conseguiu expulsar os intrusos da Água Branca. A área restante, ou seja, o Cedro, foi desocupada em 1985 (Folha de Londrina, 15/05/1985). Cansados de negociar com a FUNAI, INCRA e ITCF, os índios decidiram adotar outras estratégias. Aprisionaram alguns funcionários desses órgãos como reféns. Os índios redigiram um documento exigindo a reintegração de posse da área do Cedro e a retirada imediata dos invasores. Tais medidas contribuíram para que os “posseiros” fossem expulsos dessa Área Indígena. Com a retirada dos invasores os índios voltaram a ocupar as terras que tradicionalmente e de maneira formal, pertenciam a eles, construindo moradias e plantando roças.

Outro episódio ocorrido no mês de janeiro de 1996 (Folha de Londrina, 16/01/96) na AI Barão de Antonina foi a invasão de 60 agricultores e colonos do distrito de São João do Pinhal, no município de São Jerônimo da Serra, que entraram na Área permanecendo durante 4 dias acampados, armados com enxadas e foices. Os índios pintados para a guerra acamparam nas proximidades das barracas dos invasores. De acordo com a imprensa local e informações obtidas junto a Administração Regional de Londrina da Fundação Nacional do Índio, 150 Kaingang da Área Apucarana, 80 da Área Marrecas (Guarapuava) e 25 de Laranjinha (Santa Amélia) se deslocaram, para auxiliar na retirada dos invasores. De acordo com os técnicos da FUNAI, o contingente invasor era constituído pelos mesmos indivíduos que foram indenizados para deixar a Área em 1985.

No mês de maio, novas invasões geraram tensão na Área Indígena Barão de Antonina. (Gazeta do Povo, 23.5.96, 13). Durante o ano de 1996 ocorreram quatro invasões nessa Área. (Folha de Londrina 18.12.96).

Na AI Barão de Antonina existe um Conselho Indígena que toma decisões e estabelece as relações entre os membros dessa comunidade com os regionais, órgãos governamentais e não governamentais. Este Conselho é formado pelo cacique, o vice cacique, lideranças jovens e alguns membros mais velhos que tomam decisões nas reuniões.

Há também o Conselho Indígena do Norte do Paraná que é formado pelos caciques das Áreas que compõem a região. José Maria Rodrigues, índio Kaingang, era o Presidente desse Conselho e foi substituído recentemente pelo índio Lourival de Oliveira.

No Posto Indígena Barão de Antonina há três índios ocupando funções de destaque: um Kaingang é o chefe do Posto, uma Kaingang atua como professora bilíngüe e uma terceira, da etnia Guarani, também é professora. Todos residem na Área Indígena.

A AI São Jerônimo está situada nas proximidades da cidade denominada São Jerônimo da Serra, no Norte do Estado do Paraná. Localizada na Bacia do Rio Tibagi, na margem esquerda, encaixada no vale do rio do Tigre é banhada a Oeste e ao Sul pelo ribeirão dos Pilões.

Esta Área é habitada por mais de 300 índios que pertencem às etnias Guarani e Kaingang. Há também um índio Xetá de nome Ticuen. Ocorre miscigenação entre índios e brancos e alguns casos entre Guarani e Kaingang. Possui 1.342,62 ha e foi demarcada, através do Decreto Federal 286 de 29/01/91. O Posto Indígena tem nove funcionários, uma enfermaria, uma escola, um rádio e um veículo. Na enfermaria prestam serviço um enfermeiro e um auxiliar índio.

A escola possui um professor bilíngüe, três professoras, sendo duas contratadas pela Prefeitura de São Jerônimo da Serra e uma pela FUNAI. O professor Kaingang é responsável pela alfabetização bilíngüe. A partir da 5ª série os estudantes passam a frequentar as escolas públicas das cidades vizinhas. Menos de 10% dos jovens prosseguem seus estudos. Poucos indivíduos falam a língua Kaingang. Os Guarani falam somente o português. A maioria se comunica em português. As casas ocupadas pelos índios são de madeira. Há ainda ranchos de tábuas e de troncos.

O ambiente natural está descaracterizado, com exceção das encostas adjacentes ao salto formado pelo rio do Tigre, onde a floresta primária foi pouco alterada. A maior parte da Área é ocupada por roças. Há matas secundárias e capoeiras. Ocorreu a extração de madeiras realizada por não índios. Nas escassas matas dessa Área Indígena existem algumas espécies de aves e mamíferos.

Os índios de São Jerônimo sobrevivem de suas roças de subsistência, trabalham nas propriedades vizinhas e na cidade de São Jerônimo da Serra, como diaristas. Também costumam se deslocar para as cidades próximas e para Londrina, onde permanecem acampados durante um curto período de tempo. A cidade exerce grande atração para os índios da Bacia do Rio Tibagi.

Usina Hidrelétrica Cebolão

A COPEL realizou, em 1995, os estudos de viabilidade das UHs Jataizinho e Cebolão na Bacia do Rio Tibagi, para abrir concorrência pública para a elaboração do EIA-RIMA. De acordo com seus técnicos "os estudos de viabilidade servem para definir melhor o projeto da Usina".

Em 1996, divulgou "que os estudos técnicos de impacto ambiental e de pré-viabilidade técnica e econômica, para a construção das usinas hidrelétricas Cebolão e Jataizinho no Rio Tibagi" haviam sido realizados pelo Consórcio Intertechne-Leme-Engevix-Esteio, contratado pela Empresa, em 1995, para fazer o levantamento. Informou que o início da obra está previsto para fins de 1999, tanto em Jataizinho, como em Cebolão e a operação programada para o ano 2003. Justificou que as duas usinas "são estratégicas para a região de Londrina e representam 10% a mais de energia com um mínimo de impacto

ambiental". Cebolão terá uma potência instalada de 168 MW e Jataizinho 155 MW. A primeira irá inundar 1.800 ha. e a de Jataizinho, 2.240 ha.

A Usina Cebolão deverá ser instalada a cerca de 35 km rio acima da ponte na estrada que liga a cidade de Jataizinho a Ibiporã. Foi projetada para abranger uma área de 25,7 km² (1070 alqueires).

De acordo com a COPEL "o nível de impacto ambiental será praticamente nulo, uma vez que as terras alagadas perderam sua cobertura original há muito tempo" (Folha de Londrina, 01.12.96, 12).

A Usina Cebolão deverá atingir os Guarani e os Kaingang das Áreas Barão de Antonina e São Jerônimo. As roças, os pomares, as hortas, as matas ciliares, a pesca tradicional com pari, os rios vão ser afetados pela UH Cebolão a ser construída na Bacia do Tibagi. Os recursos naturais serão alterados. As relações sociais passarão por um processo de mudança. As condutas dos indígenas face aos impactos da Usina serão distintas. A cultura do contato deverá ser atualizada.

Os indígenas de São Jerônimo localizados a uma distância maior da barragem também estão dentro da área de influência da obra.

As relações de parentesco, os laços comunitários, ajuda mútua, compadrio, amizades que os indígenas têm entre os membros das duas Áreas irão se alterar.

Como foi descrito, os indígenas habitam desde tempos imemoriais esse território, cujas terras têm sido alvo de atritos entre índios e regionais.

Durante décadas enfrentaram a presença de invasores em seu território. Organizaram-se politicamente e, no final dos anos 70, com a ajuda dos Kaingang e Guarani de outras áreas conseguiram expulsar uma parte dos intrusos que exploravam suas terras e mão-de-obra.

Em 1985, 1995 e 1996 ocorreram novos conflitos até a expulsão dos invasores da área do Cedro. Em 1997, aconteceram 2 invasões, mas os Kaingang estão com o controle da Área, apesar do afastamento da chefia do Posto Indígena.

A construção da Usina Cebolão, a conseqüente perda de parte do território, que deverá ser alagada, das matas ciliares e as alterações em suas relações sociais irão significar novas mudanças para esses povos, notadamente os Kaingang, que têm enfrentado relações de contato conflitivas com os "brancos".

Representações e estratégias dos indígenas.

Os indígenas que entrevistamos ⁶ na Área Barão de Antonina, estão incrédulos ⁷ com a notícia de que poderão ocorrer novos problemas, a serem

⁶ No final do mês de dezembro de 1995, foi organizada uma reunião informal, para obter os depoimentos dos Índios Kaingang e Guarani sobre a Usina Hidrelétrica Cebolão. Participaram

enfrentados por eles, como a ameaça da perda de parte do território e matas. Disseram que "*é difícil acreditar que um Projeto do Governo coloque em risco novamente nosso território e maneira de viver*".

Luís Alan Juvêncio, atualmente afastado da chefia do Posto, é filho de um Kaingang que também foi líder no passado. Explicou que "*tem uma forte preocupação com o ambiente. O alagamento de nossas terras é uma questão preocupante e isto não pode ser bom para nós. A Reserva, cada pedaço de nosso território é de grande importância*".

Os indígenas manifestaram preocupação quanto ao alagamento das matas ciliares e terras situadas na beira dos rios.

Para José Maria Rodrigues, o Tapexi, que era Presidente do Conselho Indígena Regional do Norte do Paraná "*a beira do rio Tibagi tem um valor maior para índios que a terra na beira da rodovia*" (Rodrigues, 1995)⁸.

Tapexi disse que o Rio Tibagi é importante para a dieta alimentar dos índios. Explicou como praticam a pesca tradicional com pari que confeccionam usando a taquara coletada na mata e que serve para aprisionar os peixes em barragem com pedras. "*Se isso acabar com o progresso... o que sobra para nós...*" Contou que vários índios durante alguns meses do ano acampam na beira do Tibagi e em seus afluentes, em ranchos temporários, caçando e pescando com o auxílio dos paris.

Com a construção da UH Cebolão, o Tibagi deixará de ser um rio de águas turbulentas com sucessivas cachoeiras e corredeiras e irá se transformar em um rio lento.


No livro de leitura usado nas Escolas Indígenas do Norte do Paraná, organizado pelo Grupo MIG a pesca com pari é descrita como uma das maneiras de os índios apanharem peixes. Para construir o pari o índio faz "*duas carreiras de pedra, como uma barragem, na corredeira do rio formando um funil. Na ponta do funil coloca dois paus para segurar uma esteira de taquara. Os peixes descem o rio e entram na barragem de pedra e ficam presos na esteira. Ai os índios pescadores pegam os peixes com as mãos. Esta maneira é usada principalmente no inverno e nos períodos de seca*" (Rodrigues e Tapexi, 1989).

Em "*Pãri: armadilha de pesca utilizada pelos índios Kaingang no Sul do Brasil*", Mota et al., 1995 definem os paris como "*armadilhas constituídas por*

lideranças, o então Presidente do Conselho Indígena Regional do Norte do Paraná, o índio Tapexi, professores da área, membros da comunidade, os antropólogos Cecília Helm, Kimive Tommasino e Lúcio Tadeu Mota. Em novembro de 1996, Cecília Helm retornou à área e realizou novas entrevistas com lideranças indígenas e professores bilíngues. Também em 1997 deu continuidade às pesquisas nas áreas indígenas do Tibagi.

⁷ Sobre "Crença, descrença e interesses das populações atingidas e análise das condutas de camponeses forçados a se deslocar", devido a construção de barragem ver a importante contribuição de Sigaud, 1995.

⁸ Entrevista realizada pela autora em dezembro de 1995, na sede da terra Indígena Barão de Antonina, com o então Presidente do conselho Indígena do Norte do Paraná.



paredes de pedra feitas para afinilar trechos de rio, a modo de barragens, conduzindo os peixes ao aprisionamento em artefatos de taquara, bambu ou madeira".

Informam que os Guarani e os Kaingang denominam pari este tipo de armadilha de pesca. Fazem uma análise das fontes históricas que descrevem a pesca com pari entre os índios na América Meridional e argumentam que os paris têm funcionalidade e são fáceis de serem construídos, porque *"todo o material utilizado pode ser encontrado no próprio leito do rio (pedras) e em suas margens, como as taquaras dos cestos, cipós e embiras para sua amarração e madeiras para sua sustentação"*.

A pesca com pari foi descrita em 1859 pelo diretor da Colonia Militar do Jataí, Major Muniz: *"pary é uma espécie de curral artificialmente feito em lugar onde as águas dos rios se precipitam, de sorte que, introduzidos pela violência d'água nele os peixes reclusos ficam sem mais poderem saltar"*.

Também Tommasino (1995) chamou a atenção para o fato de que a pesca com pari ainda é utilizada pelos Kaingang na Bacia do rio Tibagi.

O Projeto da COPEL para a Bacia do rio Tibagi irá atingir terras, matas, rios, onde se localizam índios e não índios, como colonos, arrendatários, meeiros e pequenos agricultores que devem apresentar reações distintas sobre a eventual perda do território, bens simbólicos.

Sobre a possibilidade de uma parte da Área Barão de Antonina ficar submersa e ser alterado o curso dos rios e quedas os índios (em 1995) disseram para a autora: *"se isto acontecer, ficará uma grande saudade do rio e da mata e de tudo que o índio gosta"*.

Sigaud, (1995) realizou um estudo sobre as condutas distintas dos camponeses, face ao deslocamento compulsório, devido a construção da barragem de Sobradinho. Ainda que os casos analisados por Sigaud sejam diferentes da situação encontrada na Área Indígena Barão de Antonina, PR. foi possível registrar em termos comparativos um NÃO aos projetos externos e que possam ser implantados e causar grandes prejuízos ao meio ambiente e à população.

Aqueles índios da Área que mantém mais avivada a tradição de acampar junto aos rios, para desenvolver atividades de coleta, pesca e caça se mostraram descrentes sobre a notícia do alagamento.

Os que habitam permanentemente as partes altas também expressaram sua contrariedade à intervenção em seu território. Porém sua conduta durante as reuniões revelou um interesse maior em obter informações sobre os seus direitos assegurados na Constituição Federal de 1988 e a necessária manifestação sobre os Projetos das Usinas Hidrelétricas, no Rio Tibagi.

Abandonar a beira do rio, a pesca com pari, imaginar que as cachoeiras serão trocadas por um grande lago, causa nostalgia aos índios e preocupação para suas lideranças.

Manifestaram interesse em realizar reuniões com os indígenas das Áreas de Mangueirinha e Ocoí, PR. afetados na década de 70 pelas Usinas Hidrelétricas Salto Santiago e ITAIPU-Binacional, para trocar informações sobre os procedimentos adotados pelas Empresas; saber se foram respeitados os Direitos Indígenas e compensados devidamente pela inundação de parte de seus territórios. Sabem que mudanças significativas irão afetar os seus sistemas organizatórios, devido às novas relações que vão ocorrer com a implantação das Usinas e a presença de novos atores no cenário interétnico.

Não acreditam que os impactos sejam "praticamente nulos", como propaga a COPEL. Por outro lado, a Empresa está empenhada em despertar nos índios interesse pelo Projeto⁹.

Quais estratégias políticas irão adotar, quanto à eventual inundação de suas terras e matas ciliares é tema de suas reuniões e encontros. Se devem dizer não aos Projetos da COPEL, ou participar das decisões sobre a implantação das usinas hidrelétricas na Bacia do Rio Tibagi e, negociar com os empreendedores formas de compensações, em papel moeda e em projetos sociais e ambientais, devido aos prejuízos a serem causados em seus territórios e organização social são preocupações que vivenciam os indígenas e suas lideranças.

As manifestações dos indígenas sobre tais Projetos Hidrelétricos e a aprovação pelo Senado Federal estão inseridas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no Cap.VIII, Dos Índios, art.231, # 3.

Referências

ACO, I.; SANTOS, L. & PEREIRA, M. 1991. *Projeto: "Jagne Mré Hyn Han", Material Didático*. Londrina: ARCO/UEL.

BIGG-WITHER, T. P., 1974. *Novo Caminho no Brasil Meridional: a Província do Paraná. Três Anos em suas Florestas e Campos*. Coleção Documentos Brasileiros. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

BONFIL BATALLA, G., 1979. *Los Pueblos Indigenas: Viejos Problemas, Nuevas Demandas*. México: Siglo Vientium Editores.

BONFIL BATALLA, G., 1981. El pensamiento político de los indios en America Latina. *Anuário Antropológico*, 79

BOUTIN, L., 1979. *Colonias Indígenas na Província do Paraná*. Curitiba: BIHGEP 36.

⁹ Em 1997, a Coordenadoria de Impactos ambientais e Sociais da COPEL contratou os serviços profissionais da autora, para a elaboração de Laudo antropológico sobre: "O Povos Indígenas da Bacia do Rio Tibagi.

BOUÏN, L., 1995. *Usina Hidrelétrica de Jataizinho e Cebolão*, Curitiba: COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R., 1988. *A Crise do Indigenismo*. Campinas: Editora da Unicamp.

CATULLO, M. R., 1996. *Poder y Participacion en Proyectos de Gran Escala. Análisis Comparativo de los Procesos de Relocalizacion por la Construcción de la Represa Binacional Argentino-Uruguay de Salto Grande*. Tese de Doutorado, Universidade Nacional de Brasília.

CAVASO, E., 1980. *Coleção de Documentos de Frei Emílio da Cavaso*. Curitiba: BJHGEP, 37,237 - 284.

COPEL (Companhia Paranaense de Energia Elétrica), 1984. *Estudos de Inventário Energético*. Curitiba: Superintendência de Planejamento e Estudos Rio Tibagi.

COPEL (Companhia Paranaense de Energia Elétrica), 1994. *Reavaliação dos Estudos de Inventário Energético*. Curitiba: Diretoria de Engenharia e Construção, Superintendência de Planejamento e Estudos, Departamento de Estudos e Obras Hidrelétricas, Rio Tibagi.

COPEL (Companhia Paranaense de Energia Elétrica), 1995. *Usinas Hidrelétricas de Jataizinho e Cebolão*. Curitiba: COPEL.

ELLIOT, J. H., 1848. *Itinerário das Viagens Exploradoras Empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina*. Rio de Janeiro. R.T.I.H.G.B. 10, 153-177.

HELM, C. M. V., 1974. *A Integração do índio na Estrutura Agrária do Paraná: o caso Kaingang*. Tese Concurso Livre Docência. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

HELM, C. M. V., 1977. *O Índio Camponês Assalariado em Londrina: Relações de Trabalho e Identidade Étnica*. Tese Professor Titular. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

HELM, C. M. V., 1979. Identidade Étnica entre os Índios Kaingang do Paraná. *Revista Estudos Brasileiros*, 7:71-92.

HELM, C. M. V., 1987. *Movimentos Indígenas: o Caso Paranaense*. Curitiba: Ed. Criar- UFPr.

HELM, C. M. V., 1995. *Kaingang, Guarani e Xetá na Historiografia Paranaense*. XIX^a ANPOCS. Caxambú.

HELM, C. M. V. & MOTA, T., 1996. *A Usina Hidrelétrica Cebolão e os Índios do Tibagi*, PR. XX^a ABA. Salvador.

HELM, C. M. V., 1996. *A Implantação de Usinas a Hidrelétricas e os Indígenas no Sul do Brasil*. Curitiba: PIAB / IAP-GTZ.

IPARG, 1989. *Povos Indígenas, suas Populações e Áreas e os Graus de Impacto Provocado pelas Usinas Hidrelétricas Compreendidas no Plano 2010*, Rio de Janeiro: IPARG.

LÉVI-STRAUSS, C., 1996. *Tristes Trópicos*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.

MOTA, L. T., 1994. *As Guerras dos Índios Kaingang: a História Épica dos Índios Kaingang no Paraná. (1769-1924)*. Maringá: Editora da UEM.

MOTA, L. T.; NOELLI F. S. & SILVA, F. A., 1995. *Pãri: Armadilha de Pesca Utilizada pelo índios Kaingang no Sul do Brasil*. V^a ABA MERCOSUL. Tramandai.

MERCER, E. A. & MERCER, L. L., 1977. *História do Tibagi*. Curitiba: Cenicom.

CARDOSO, F. H. C., 1996. *Sociedades Indígenas e a Ação do Governo*. Brasília: Gabinete da Presidência da República.

SIGAUD, L., 1995. Croyances et intérêts: pour une sociologie des conduites face aux transplantations forcées. *Information sur les Sciences Sociales*, 34(3):443-469.

TOMMASINO, K., 1995. *A História dos Kaingang da Bacia do Tibagi: Uma Sociedade Jê Meridional em Movimento*. São Paulo: EdUSP.

WACHOWICZ, R. C., 1987. *Norte Velho, Norte Pioneiro*. Curitiba: Gráfica Vicentina.

Títulos publicados

1. BASTOS, Rafael José de Menezes A origem do Samba como Invenção do Brasil: Sobre o "Feitio de Oracão "de Vadico e Noel Rosa (Por que as Canções Tem Musica.?), 1995.
2. BASTOS, Rafael José de Menezes A Festa da Jaguatirica: Primeiro e Sétimo Cantos Introdução, Transcrições, Traduções e Comentários, 1995.
3. WERNER Dennis Policiais Militares Frente aos Meninos de Rua, 1995.
4. WERNER Dennis A Ecologia Cultural de Julian Steward e seus desdobramentos, 1995.
5. GROSSI Miriam Pillar Mapeamento de Grupos e Instituições de Mulheres/de Genero/Feministas no Brasil, 1995.
6. GROSSI Miriam Pillar Gênero, Violência e Sofrimento - coletânea, Segunda Edição 1998.
7. RIAL Carmen Sílvia Os charmes dos fast-foods e a globalização cultural, 1995.
8. RIAL Carmen Sílvia Japonês está para TV assim como Mulato para Cerveja: Imagens da Publicidade no Brasil, 1995.
9. LAGROU, Elsje Maria Computação Visual: desenhos e imagens nas culturas da Amazônia Ocidental, 1995.
10. SANTOS, Sívio Coelho dos Lideranças Indígenas e Indigenismo Oficial no Sul do Brasil, 1996.
11. LANGDON, E Jean Performance e Preocupações Pos-Modernas em Antropologia 1996.
12. LANGDON, E. Jean A Doença como Experiência: a Construção da Doença e seu Desafio para a Prática Médica, 1996.
13. BASTOS, Rafael José de Menezes Antropologia como crítica cultural e como crítica a esta: dois momentos extremos da ética antropológica entre índios e ilhéus), 1996.
14. BASTOS, Rafael José de Menezes Musicalidade e Ambientalismo: ensaio sobre o Encontro Raoni-Sting, 1995.
15. WERNER Dennis Laços Sociais e bem estar entre prostitutas femininas e travestis em Florianópolis, 1996.
16. WERNER, Dennis Ausência de Figuras Paternas e Delinquência, 1996.
17. RIAL Carmen Sílvia Rumores sobre alimentos: o caso dos fast-foods, 1996.
18. SÁEZ, Oscar Calavia Historiadores Selvagens: algumas reflexões sobre história e etnologia, 1996.
19. RIFIOTIS, Theophilos Nos campos da violência: diferença e positividade. 1997
20. HAVERROTH, Moacir Etnobotânica: Uma revisão teórica. 1997
21. PIEDADE, Acácio Tadeu de C. Música instrumental brasileira e fricção de musicalidades. 1997
22. BARCELOS NETO, Aristóteles De etnografias e coleções museológicas. Hipóteses sobre o grafismo xinguano. 1997
23. DICKIE, Maria Amélia Schmidt O milenarismo Mucker revisitado. 1998
24. GROSSI, Miriam Pillar Identidade de gênero e sexualidade. 1998
25. CALAVIA SÁEZ, Oscar Campo religioso e grupos indígenas no Brasil. 1998
26. GROSSI, Miriam Pillar Direitos humanos, feminismo e lutas contra a impunidade. 1998
27. BASTOS, Rafael José de Menezes Ritual, história e política no Alto-Xingú: observação a partir dos Kamayurá e da Festa da Jaguatirica (Yawari). 1988
28. GROSSI, Miriam Pillar: Feministas Históricas e Novas Feministas no Brasil
29. BASTOS, Rafael José de Menezes: Músicas Latino-Americanas, Hoje: Musicalidade e Novas Fronteiras.
30. RIFIOTIS, Theophilos: Violência e Cultura no Projeto de René Girard.
31. HELM, Cecília Maria Vieira. Os Indígenas da Bacia do Rio Tibagi e os Projetos Hidrelétricos.

Antropologia em Primeira Mão

é uma publicação do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFSC

Correspondência para aquisição ou intercâmbio:

PPGAS CFH UFSC 88.040-900 - Florianópolis - SC fone/fax: (048) 231.9714

e-mail antropos@cfh.ufsc.br

Revista Ilha - ilha@cfh.ufsc.br